

## RESENHA

**A Geografia do Dinheiro.** Por Cohen, Benjamin J. [Tradução Magna Lopes]. São Paulo: Edunesp, 2014. ISBN 978-85-393-0543-8.

Resenhistas:

**Alexandre César Cunha Leite<sup>1</sup>**

**Aline Carolina da Rocha Mota<sup>2</sup>**

Departamento de Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba - Brasil

Benjamin J. Cohen, autor de “A Geografia do Dinheiro” é professor do departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara. Especializado em Economia Política Internacional (EPI) e Relações Internacionais (RI), ele desenvolve suas pesquisas, principalmente, sobre questões financeiras e monetárias do sistema internacional, abrangendo, dentre outras, gestão e influência das taxas de câmbio, processos de integração monetária e mercados financeiros.

Nesta obra, publicada, no Brasil, em 2014, ele traz para o centro da discussão diferentes aspectos da EPI, apresentando uma concepção ousada no que concerne às moedas nacionais e aos espaços geográficos em que estas estão inseridas. Sua ideia não é nova para os estudos da área, porém seu tratamento e as propostas apresentadas são um marco para os estudos da EPI, especificamente no papel da moeda na interação entre atores e na determinação de sua força. Ele sustenta, essência da argumentação, a ideia de que a interpenetração dos espaços monetários internacionais tem remodelado as relações internacionais e é preciso reconsiderar o papel representado pela moeda no sistema internacional atual. O mito de que a moeda está associada ao território nacional reflete a concepção *Westphaliana* sobre as soberanias dos estados, sendo a moeda uma forma de exercer a soberania. Ele sugere rever esta concepção. A necessidade de repensar a condição “um estado – uma moeda” se origina da complexidade encontrada na geografia do dinheiro. Diante de um cenário globalizado, observa-se que as diferentes moedas circulam e participam da dinâmica econômica sem necessariamente estarem vinculadas ao seu país de origem, e, portanto, transcendem fronteiras nacionais. Segundo esta lógica, ele provoca o leitor ao sustentar a possibilidade de reformular o entendimento da geografia monetária, em que a autoridade sobre a moeda não mais pertence aos estados, mas aos mercados onde estas

---

<sup>1</sup> alexandre.leite@ccbsa.uepb.edu.br

<sup>2</sup> aline.crmota@gmail.com

circulam. Seu argumento é um grande desafio para os Estados modernos, pois estes detêm o monopólio de emissão e cunhagem das moedas, e, portanto, seu controle. Assim sendo, as moedas, na concepção do Estado *Westphaliano*, deveriam ser importante instrumento de política econômica dos governos. O desafio proposto por Cohen está na possibilidade dos Estados perderem esse instrumento de intervenção. Este risco repousa na quebra da relação monopolística de poder concentrado nas mãos do Estado quando se refere à emissão e uso da moeda como instrumento de política. O questionamento está na possibilidade de quebra do monopólio estatal do controle de sua moeda. Sabe-se que quando se trata de poder e hegemonia nas RI, a moeda é crucial no posicionamento dos Estados no cenário global. Ao propor um “novo mapa mental”, ou seja, uma nova maneira de compreender o fenômeno da “transnacionalidade” das moedas e o menor controle monetário estatal, ele sugere um importante questionamento acerca da governabilidade do sistema financeiro internacional, agora não sob controle dos governos nacionais, mas na possibilidade de maior influência dos agentes do mercado, implicando na discussão da própria soberania estatal.

A divisão dos capítulos promove o bom entendimento do tema e do desenvolvimento das considerações do autor. Em primeiro, ele apresenta o conceito de geografia a ser usado na obra, entendo-a como uma construção social, formulada pelas estruturas de poder e pelas ideologias dominantes no mundo. Em seguida, ele se aprofunda na distribuição geográfica do dinheiro, entendendo-o como uma instituição social que está em constante evolução submerso numa rede transnacional. Assim, os sistemas monetários favorecem os Estados, a despeito de não refletir a necessidade de se desvincular a moeda ao território de origem, ou seja, ao próprio Estado. Cohen admite que as moedas têm espaços de fluxo, ou seja, superfícies nacionais em que elas possuem domínio e autoridade. No entanto, atualmente, dada a configuração global, agentes privados exercem cada vez mais influência no sentido de superar a condição que interliga a moeda aos seus territórios de atuação.

Em segundo, o autor traz a perspectiva histórica das moedas, da Grécia antiga às moedas territoriais atreladas ao modelo *Westphaliano*. Ele usa a história como instrumento metodológico para sustentar que o vínculo “Uma Moeda/Uma Nação” adquire forma na modernidade, pois na antiguidade havia mais de uma moeda circulando por um mesmo espaço geográfico. No sistema estatal moderno, ressalte-se, segundo o autor, a percepção de que o dinheiro assume status de símbolo nacional e, conseqüentemente, passa a fazer parte da identidade do país em que foi originada. Apesar da ideia de que o dinheiro esteja ligado ao território seja amplamente aceita, ele analisa exceções, em que um país abre mão de

implementar/utilizar uma moeda própria para subordinar-se à soberania de outra moeda. Frente a esta possibilidade, cabe ao autor apresentar fatores que podem levar à adoção desta prática, assim como de outras estratégias por parte de certo governo. A perda da soberania monetária por um Estado –total ou parcial – levanta uma série de questionamentos dentro das REI, mais detidamente na EPI, pois esta seria uma característica fundamental para a própria existência de uma nação.

Na sequência, Cohen analisa o compartilhamento de uma mesma moeda por mais de um Estado, ainda que vislumbrando não ser essa uma constatação incomum. Ao discutir situações caracterizadas por alianças monetárias com exemplos históricos, o autor analisa a decisão de construir uma integração em torno de uma única moeda por parte dos Estados, identificando uma situação de ganhos e perdas possíveis, porém racionalmente calculadas pelos envolvidos na integração monetária (ou, em outros casos, como a adoção de uma moeda nacional por outras nações não emissoras). Decorrentemente da discussão iniciada a respeito da integração monetária, ele passa a averiguar a capacidade dos Estados em sustentar uma economia com moeda em comum, seus custos e seus benefícios. A utilização da moeda transnacional é explorada na obra, essencialmente a partir da perspectiva histórica, o que permite ao leitor uma melhor compreensão do desenrolar do processo que desmistifica o pensamento da territorialidade da moeda. Para demonstrar seu argumento, ele traz dados estatísticos descritivos que ilustram que a concepção de territorialidade monetária está ficando obsoleta, cedendo espaço à “transnacionalidade” das moedas, por meio de sua maior utilização no âmbito internacional. Ele analisa os efeitos da “desterritorialização” das moedas nas estruturas de poder tradicionalmente ligadas aos Estados e às mudanças provocadas pela corrosão do símbolo que a moeda tem na sociedade. Ainda verificando os efeitos da remodelagem da geografia do dinheiro, ele aborda os impactos desse fenômeno sobre a governança. De fato, o papel do Estado foi reduzido com o aumento da “transnacionalidade” das moedas. Por este prisma, é possível repensar a atuação estatal e dos mercados na economia política internacional. Suas funções foram reorganizadas pela condição internacional do sistema monetário interdependente, como aponta o autor, discutindo de que modo essas alterações foram feitas.

Por fim, Cohen examina a conjuntura da “transnacionalidade” monetária, considerando a perda da soberania estatal, as novas formas de atuação dos governos e dos setores privados nas economias que foram alterados pela nova roupagem assumida pela moeda. A obra sugere do início ao fim uma nova maneira de enxergar os espaços monetários,

de modo a perceber como os novos mapas geográficos do dinheiro se configuram atualmente diante da globalização e da interdependência econômica.